



HABITAÇÃO MARGINAL – ESTUDO SOBRE MORADIA SOCIAL EM MARGEM DE RIO URBANO

Odila Rosa Carneiro

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Paraná, Brasil – e-mail:
odilarosa@hotmail.com

RESUMO

O problema das ocupações irregulares em Área de Proteção Permanente é intrínseco às cidades com crescimento urbano desordenado e segregador. Este trabalho tem como objetivo examinar a dinâmica que origina este fenômeno, apontando seus agentes causadores, bem como os atores envolvidos neste fenômeno urbano. Propõe-se, com isso, a construção de um arcabouço teórico que verifique a viabilidade e a possibilidade de relação harmônica entre elementos atualmente antagônicos – habitações populares e rios urbanos, por meio da proposição de um equipamento habitacional em margem de curso d’água. Como recorte físico para a espacialização do problema, foi escolhido o Jardim Bom Menino, localizado próximo ao bairro do Ecoville, em Curitiba. Este assentamento informal suscita também questões referentes à espoliação urbana, devido ao contraste social e econômico presente na ocupação e em seu entorno próximo. Como resultados, expressos em diretrizes para o projeto de habitação social em margem de curso d’água, não foram encontrados aspectos, com exceção da legislação, que impossibilitem a proposta de assegurar a permanência das famílias no local, desde que se respeitem parâmetros de manutenção da qualidade ambiental e de habitabilidade das famílias beneficiadas. Optou-se pelo questionamento da legislação normativa, a qual restringe a construção de edificações em áreas de várzea, devido ao fato desta mesma legislação ser também causadora do problema das ocupações irregulares em APP, à medida que torna certas áreas desinteressantes ao mercado imobiliário, e, por conseguinte, cria áreas ociosas que acabam por receber uma parcela de desabrigados. Tal proposição pode trazer novamente à dinâmica social e econômica da cidade uma parcela excluída da cidade formal, bem como a reinserção dos rios urbanos no consciente coletivo e a minoração das disparidades sociais.

Palavras-chave: habitação social; rios urbanos; degradação ambiental e espoliação urbana

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno das ocupações irregulares em margem de rios urbanos é um aspecto decorrente da dinâmica urbana desordenada e segregadora, no qual se somam aspectos negativos inerentes aos dois agentes, bem como as consequências maléficas da relação entre ambos. Neste cenário, inúmeras são as características de oposição entre as partes: a terra, bem de consumo passível de parcelamento, e a água, um bem coletivo e indivisível.

1.1 Considerações Gerais sobre Habitação social

O problema da habitação de baixa-renda é mal conceituado pela classe dominante, esta o define como um problema que existe e sempre existirá. A carência de argumentações torna-se conveniente a partir do momento que esconde a incapacidade desta mesma classe em resolver o problema da moradia (VILLAÇA, 1986).

1.1.1 Conformação na Malha Urbana

A apropriação do espaço da cidade por parte de determinados agentes não é, simplesmente, um fenômeno físico. Pelo contrário, ao consolidar-se em determinada região, estes mesmos agentes produzem uma nova dinâmica de relações, e até mesmo é fruto de outras relações sociais e econômicas. Assim sendo, a dinâmica econômica e social da cidade está refletida na conformação dos usos e tipologias dentro da malha urbana, e sua leitura detalhada proporciona, até mesmo, a compreensão do processo de evolução de uma sociedade (PEREIRA, 2002).

A ocupação de determinadas áreas urbanas por parte da população carente se deve, pura e simplesmente, por uma dinâmica de mercado baseada na propriedade e no capital. As cidades estão superlotadas em decorrência desta propriedade privada da terra, “antes de alguém construir uma casa deve pagar um preço exorbitante” (MARX apud ABRAMS, 1967; PEREIRA, 2002), não só pelos materiais e mão de obra, mas pelo meio físico onde a habitação se expressa. O aumento da população fomenta a valorização das terras, restringindo a uma parcela mínima da população este bem de consumo. Este fenômeno enfatiza ainda mais a disparidade entre os possuidores deste bem e a população realmente carente de moradia.

Com a consolidação da cidade liberal, desapareceram os meios através dos quais se impossibilitava a coabitação entre a elite econômica e a classe baixa. Para viabilizar esta divisão do território, conveniente à classe dominante, resta à segregação espacial. Desta forma, o zoneamento é a principal arma desta elite desejosa de uma individualidade do espaço, visto que este zoneamento proporciona instrumentos de ossificação da estrutura física, acentuando seus contrastes (CLAVAL, 1978). Os instrumentos utilizados para conformar o uso do solo urbano contribuem para a degradação sócio-espacial, bem como da degradação ambiental (PEREIRA, 2002).

Esta intenção está presente desde o final do século XIX, quando na legislação já se proibia a implantação de vilas operárias em áreas nobres das cidades, até mesmo no Código Sanitário de São Paulo de 1894, o qual definia a implantação destas vilas operárias fora da malha urbana, mesmo sendo as mesmas vistas como modelos de habitação higiênica (VILLAÇA, 1986).

O urbanismo consolidado no Brasil durante todo o século XX caracteriza-se por um processo segregador e excluente, no qual prevalece a distribuição disforme dos equipamentos e diferenciação da ocupação do solo urbano. A normatização do processo de construção (código de posturas municipais) teve papel importante na consolidação do mercado imobiliário. Este processo passou a excluir aqueles que não podiam pagar por tal mercadoria definida legalmente (MARICATO, 1997).

Os códigos de postura de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, proibiam a construção de cortiços em áreas centrais. Este condicionante proporcionou a proliferação dos subúrbios e da autoconstrução. Este fenômeno de crescimento horizontal de nossas cidades se deve também à estratégia dos loteadores de localizar os novos loteamentos em descontinuidade com a malha urbana já consolidada, estes espaços vazios formados valorizavam-se devido à necessidade de prolongamento da infraestrutura necessária, a qual era obrigada a passar pela área primeiramente desocupada (KOWARICK, 1979; MARICATO, 1997).

1.2 Paisagem dos Rios Urbanos

Espaço urbano e natureza estão intimamente ligados e sobrepostos. A dinâmica urbana interfere de forma significativa no meio ambiente. Se estas relações ocorrem de forma respeitosa obtém-se um

habitat urbano benéfico, caso isso não aconteça, e o homem ignore as forças naturais do ambiente, inúmeras catástrofes podem ser observadas, como enchentes, deslizamentos e poluição do ar e da água. Infelizmente, a subversão das questões ambientais é fenômeno recorrente em nossas cidades, comprometendo ambas as partes envolvidas neste processo, o urbano e o natural.

1.2.1 Rios Urbanos e Assentamentos Espontâneos

Este capítulo pretende tratar da conformação dos assentamentos informais em áreas ambientalmente sensíveis, situação recorrente não só em cidades brasileiras, como por todo o mundo. O fenômeno é intrínseco às aglomerações urbanas que apresentam disparidades sociais, onde uma população, sem recursos para acessar moradias formais, acaba ocupando áreas antes restritas.

Esta relação entre o espaço e o uso é, em sua essência, palco de conflitos e contradições, pois esta troca não traz benefícios a nenhuma das partes, pelo contrário, ocasiona um duplo desastre, o da degradação e segregação. Os atores envolvidos neste processo, como os movimentos de luta pela habitação e organizações ambientais, participam de discussões quase que sem fim, onde nenhuma das partes costuma sair satisfeita. No entanto, os principais promotores deste fenômeno urbano permanecem alheios. Este padrão de ocupação do território não se deve a nenhum elemento específico, ele é fruto do sistema econômico no qual estamos inseridos, onde o desejo de uma minoria predomina frente a uma intenção geral. Desta forma, o problema também não é intrínseco a oposição de interesses entre a população de baixa-renda e ambientalistas, a solução extravasa esta relação.

O fenômeno de ocupação de áreas de proteção permanente decorre principalmente da falta de políticas públicas adequadas que garantam o acesso à habitação de interesse social. Este padrão de ocupação decorre também da falta de voz daqueles que estão inferiormente posicionados na escala social. Como uma pequena parcela da população, mais favorecida, possui articulação suficiente para posicionar-se estrategicamente na malha urbana, buscando condições sócio-ambientais favoráveis e fugindo das inadequadas, resta à população de baixa renda aquela porção da malha urbana que não é de interesse do mercado imobiliário, ou aquelas protegidas legalmente, devido ao controle ambiental (MARTINS, 2006).

Outro fator que contribui para a ocupação de áreas em margem de rios é a opção por parte dos moradores pela facilidade do escoamento dos dejetos, devido à falta de recursos para a implantação de rede de esgoto regular. No entanto, esta alternativa representa uma atitude equivocada, boa parte destes dejetos retorna com as enchentes, e contribui para a disseminação de doenças, mau cheiro e poluição (Figura 1.1).



FIGURA 1.1 – Enchentes em Trizidela - Maranhão (FONTE: BADAUÊ, 2009)

A ocupação de áreas de proteção ambiental para fins de moradia ocasiona um duplo desastre, pois, além das baixas condições de habitabilidade da edificação e da exclusão à cidade formal, estes loteamentos irregulares impactam de forma alarmante no meio ambiente. As ocupações em APP's são parte integrante de um problema maior dentro das cidades, o fenômeno dos assentamentos e loteamentos irregulares. No entanto, a complexidade das ocupações em margem de cursos d'água é

ainda mais expressa, pois esta está em desacordo com duas normas, a de posse e a pertinente às questões ambientais (MARTINS, 2006).

1.2.2 Intervenção em Rios Urbanos

Uma das formas de recompor as características positivas dos rios urbanos é a intervenção por meio do poder público, fornecendo áreas de espaço público. Estas iniciativas constroem paisagens representativas de valores culturais e ambientais. Alternativa simples para consolidação destas intenções é a simples garantia de acesso livre às margens de rios e córregos. A apropriação destas áreas por parte da população fomenta não só a idéia de continuidade da paisagem, mas também da possibilidade de transposição das margens dos rios. Estas intervenções podem, muito bem, colaborar para a consolidação de uma preocupação ambiental, bem como a preservação dos elementos naturais presentes na malha urbana das cidades (SPIRN, 1995).

Os rios urbanos não devem ser foco somente de políticas públicas de requalificação, revitalização e ordenamento. Estes aspectos devem ser incorporados de início ao processo de planejamento do território, não somente como forma de remediar e corrigir ações anteriores, de modo que os efeitos negativos sejam os menores possíveis. Fatores vinculados à estrutura morfológica, como: saliências, reentrâncias, encostas, divisores, topos, afloramentos rochosos e vegetação nativa devem ser encarados como condicionantes primordiais de projeto. Quanto mais se respeita a forma original do terreno, maior a eficácia da intervenção (PORATH, 2004).

A urbanização próxima a rios desestabiliza o ciclo hidrológico das águas, o qual se caracteriza pela precipitação, infiltração, escoamento superficial, escoamento subterrâneo e evaporação. Estas alterações no ciclo hidrológico, como o aumento das precipitações, baixa permeabilidade do solo, alteração no nível do lençol freático, poluição das águas e a erosão têm reflexos negativos nos habitantes da área urbana próxima. Desta forma, o ciclo hidrológico necessita de atenção no processo de ocupação de áreas de rios, como forma de minimizar suas consequências negativas, ocasionadas simplesmente pela má ocupação do solo.

Aconselha-se a não supressão da mata ciliar como forma mais eficiente e natural de se preservar as margens dos rios, até mesmo menos onerosa do que as de engenharia e tectônica. Tal preocupação é reforçada também a partir da ocupação gradativa das margens dos rios, representando uma transição suave entre as áreas edificáveis e aquelas preservadas (PORATH, 2004).

1.2.3 Conformação das Habitações em Margem de Rio

Ao longo da história, o homem sempre manteve relações diretas com os cursos d'água (PORATH, 2004; MELO, 2009). Para tanto, as civilizações primitivas desenvolveram técnicas vernaculares para adequação às dinâmicas dos cursos da água. Muitas delas se repetem em ambientes distintos, outros refletem peculiaridades definidas.

Os primeiros vestígios destes padrões de ocupação datam de 2000-1000 a.C, e situam-se às margens do Lago Constança em Unteruhldingen. A Figura 1.2 mostra a reconstituição desta aldeia lacustre, possível graças às escavações feitas no local (VEBER, 19--).



FIGURA 1.2 – Aldeia lacustre Lago Constança – Alemanha (FONTE: PANORAMIO, 2009)

Seja pela posição das edificações, como no antigo Nilo, onde se respeitava as áreas inundáveis do Nilo, ou pela conformação física das construções, como nas casas de Manaus – às margens do Rio Negro - as quais são construídas sobre estacarias ou instaladas sobre jangadas, devido às cheias intensas e súbitas (CARTIER, 19--), o homem sempre criou artifícios para a manutenção da harmonia entre a edificação e as águas, condição inerente de sua sobrevivência.

No entanto, com a alteração das dinâmicas sociais e econômicas, mais uma vez o homem perdeu a faculdade de produzir seu próprio abrigo. A má condição das habitações em margem de rio se deve, então, não só a este aspecto de transição, mas também pela escala das ocupações e dos problemas, o que antes podia ser restaurado devido à dimensão das pequenas comunidades hoje se satura facilmente (Figura 1.3).

Ainda assim, algumas soluções utilizadas atualmente podem fornecer importante referência para projetos que buscam adequar-se a estas especificidades. Uma delas é a alternativa de edificação sobre palafitas, a qual eleva a construção, o que protege de inundações e ainda interfere de forma amena na dinâmica do solo das margens, bem como da vegetação rasteira que a encobre. Mesmo em edificações de padrão mais elevado (Figura 1.4) podemos perceber a estratégia de elevação da edificação perante o solo.



FIGURA 1.3 – Palafitas na Região do Lobato – BAHIA (FONTE: FENIANOS, 2009)

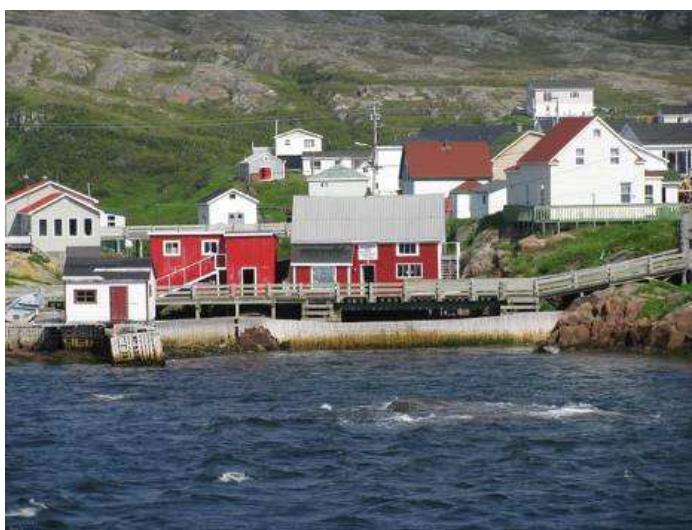


FIGURA 1.4 – Harrington Harbour - CANADÁ (ARCTIC STUDIES CENTER, 2009)

A comparação das imagens (Figura 3.5 e Figura 3.6), separadas temporalmente em cerca de 2000 anos, mostra a propriedade daqueles povos ancestrais em prover sua própria moradia. Atualmente, no entanto, mesmo com todo o progresso técnico a evolução deste tipo de ocupação aconteceu de modo reverso, conformando habitações que não garantem o mínimo de salubridade aos seus usuários.

1.3 Interpretação da Realidade

A leitura do recorte territorial no qual está inserido o projeto se torna válida à medida que justifica inúmeras intenções deste trabalho. Os conflitos, contradições e polêmicas fortalecem a intenção de permanência da comunidade no local, como forma de minimizar as disparidades sociais existentes na região do Ecoville. Esta intenção não diminui a relevância de proposições referentes à fragilidade ambiental e urbanística do local.

1.3.1 Análise Territorial do Entorno

A implantação de infra-estrutura por parte da prefeitura valoriza áreas antes estagnadas e decadentes, tal transposição de atenção do poder público faz com que, imediatamente, valorizem-se os terrenos e lotes limítrofes à área de melhoria, o que ocasiona a elevação dos preços e, por conseguinte, à expulsão dos grupos pobres para áreas mais distantes (KOWARICK, 1979). Esta ambiguidade é identificada na linha do Expresso que corta o Ecoville, denominada Setor Especial Nova Curitiba, onde o transporte de massa, inicialmente proposto para servir ao deslocamento da população de baixa renda, funciona hoje como elemento especulador do mercado imobiliário. Este processo decorre da valorização incompatível do valor do imóvel com o poder de posse da população de baixa renda, a qual se vê seduzida a vender sua posse e passa a habitar outras áreas menos valorizadas.

À medida que a cidade de Curitiba se expandia e com a criação da CIC, Cidade Industrial de Curitiba, tornou-se necessária a criação de eixos comunicadores no território, sendo cinco iniciais, por meio dos quais se garantiriam as relações intra-urbanas. Esta estratégia era condizente com o Plano que regulamentava as conformações na Cidade de Curitiba, o Plano SERETE, o qual propunha a criação de eixos de articulação e crescimento linear da cidade. A Conectora Cinco, correspondente ao Setor Especial Nova Curitiba, cumpriu o papel de ligação entre o centro da cidade e a nova área industrial de Curitiba. No entanto, as funções de habitação, infra-estrutura e transporte propostas inicialmente não foram cumpridas (FIRKOWSKI, 2007).

Inicialmente, a Conectora 5 era destinada à classe trabalhadora, fazendo uso de usos misto (habitacional e comércio) para a diversificação do território. Durante o trajeto da via, existiriam pólos condensadores, os quais promoveriam, por meio da concentração, a liberação e preservação de áreas verdes (KAPPELER, 2007; SCHWANTES, 2007).

A descaracterização da proposta inicial ocorreu devido à ação de quatro grandes construtoras que atuam ou atuavam na Capital Paranaense, sendo elas: Irmãos Thá, Moro, Hauer e Casa. As quais, juntamente com a alteração da legislação por parte da Prefeitura Municipal, alteraram o padrão de ocupação, o que desvirtuou a intenção inicial de habitação voltada à classe trabalhadora. Estas incorporadoras anteciparam a compra de terrenos no local, mesmo antes do início das obras de aprovisionamento, o que proporcionou o máximo de lucro por parte destes grupos empresariais (FIRKOWSKI, 2009). Conformando, assim, um intenso processo de especulação imobiliária.

A única ocupação que remete ao ideal inicial de padrão do Ecoville é, ironicamente, o Jardim Bom Menino, um loteamento irregular localizado às margens do Rio Barigui e defronte à Via Conectora. Esta ocupação irregular se apropriou da única área do território que não era de interesse do mercado imobiliário, uma área de Preservação Permanente. Esta comunidade caracteriza-se quase que como uma frente de resistência à dinâmica excludente das cidades contemporâneas, estando, ao mesmo tempo, próxima e distante da realidade do entorno circundante.

1.3.2 Análise Ocupação Bom Menino

A ocupação escolhida, localiza-se em uma área da cidade de Curitiba provida de infra-estrutura de qualidade e próxima a pontos conformadores do espaço intra-urbano da Capital Paranaense. A ocupação irregular do Jardim Bom Menino está situada entre à Rua Ivo Zanlorenzi e a Rua Heitor Alencar Furtado, Conectora 5, mais precisamente no cruzamento desta com o Rio Barigui (ver Figura 1.5). A área possui também localização privilegiada, pois está próxima a equipamentos públicos, transporte de qualidade e infraestrutura.

O assentamento irregular ocupa cerca de 285 metros ao longo do Rio Barigui, e possui área líquida de aproximadamente 21.300m². Possui topografia accidentada em direção ao rio, nos quais existem

habitações que sofrem com inundações periódicas e precárias condições de salubridade, bem como infra-estrutura pública insuficiente.



FIGURA 5.5 – Foto aérea – Bom Menino (FONTE: COHAB, 2009) FIGURA 5.6 – Contrastes de padrões de ocupação (FONTE: arquivo pessoal)



Durante todo o trajeto da Conectora 5 a paisagem se comporta de forma amena, as alterações acontecem de forma sutil e homogênea e revelam sempre o padrão de ocupação destinado às camadas de mais alta renda. No entanto, no cruzamento entre esta via e o Rio Barigui percebe-se claramente uma quebra da continuidade, por ocorrência do Jardim Bom Menino. Nesta área, apesar de toda a infra-estrutura planejada, percebe-se o descaso com o espaço público, devido tanto ao poder público quanto pelas famílias que ali habitam. Há lixo nas ruas e os moradores chegam a utilizá-la como extensão do espaço privado de suas casas, trazendo à rua atividades inerentes à intimidade da residência. Da ocupação podemos visualizar os prédios de alto padrão do entorno, expressando o forte contraste social da área (Figura 1.6).

2 OBJETIVO

Esta pesquisa tem como objetivo principal a construção de um arcabouço teórico referente ao problema das ocupações irregulares em áreas de Preservação Permanente. Este estudo busca sistematizar o processo de elaboração de um projeto habitacional em margem de rio, de modo que a relação entre o edificado e o natural ocorra de forma harmônica, frente à situação atual, a qual se conforma maléfica para ambas as partes.

3 METODOLOGIA

Para estudar a habitação de interesse social como forma de inclusão urbana na dinâmica das cidades, foram utilizados dois critérios que se complementam, sendo eles:

- O primeiro, de caráter mais amplo, busca elaborar um levantamento teórico das diferentes abordagens referentes ao tema, por meio da análise de diversos autores e seus pontos de vista. Para tanto, foram consultadas diferentes fontes bibliográficas, entrevistas com profissionais atuantes na área e a análise das obras correlatas ao tema da habitação de interesse social.

- O segundo, mais específico, procura amarrar o conhecimento adquirido à área específica de interesse do projeto. É no capítulo de interpretação da realidade que se sintetiza a reflexão apontada na revisão bibliográfica e onde se indicam, também, as proposições construídas com o decorrer da pesquisa. O esquema a seguir (Figura 3.1) representa os critérios de abordagem que nortearam o levantamento da bibliografia existente e da análise das obras correlatas.

Para a apreensão e elaboração do estado-da-arte, foram utilizadas fontes bibliográficas, pesquisas a campo e entrevistas com profissionais atuantes na área, bem como autores de projetos que interferem na área de estudo. Um levantamento de dados não acadêmicos (periódicos e reportagens) foi relevante, pois demonstra a percepção da sociedade em geral quanto ao discurso em questão, e como a mesma encara o tema da habitação social e dos rios urbanos. Isso se torna importante, pois é à comunidade em geral que o projeto se destina, não àqueles que possuem conhecimento teórico específico.

ABORDAGEM DA PESQUISA

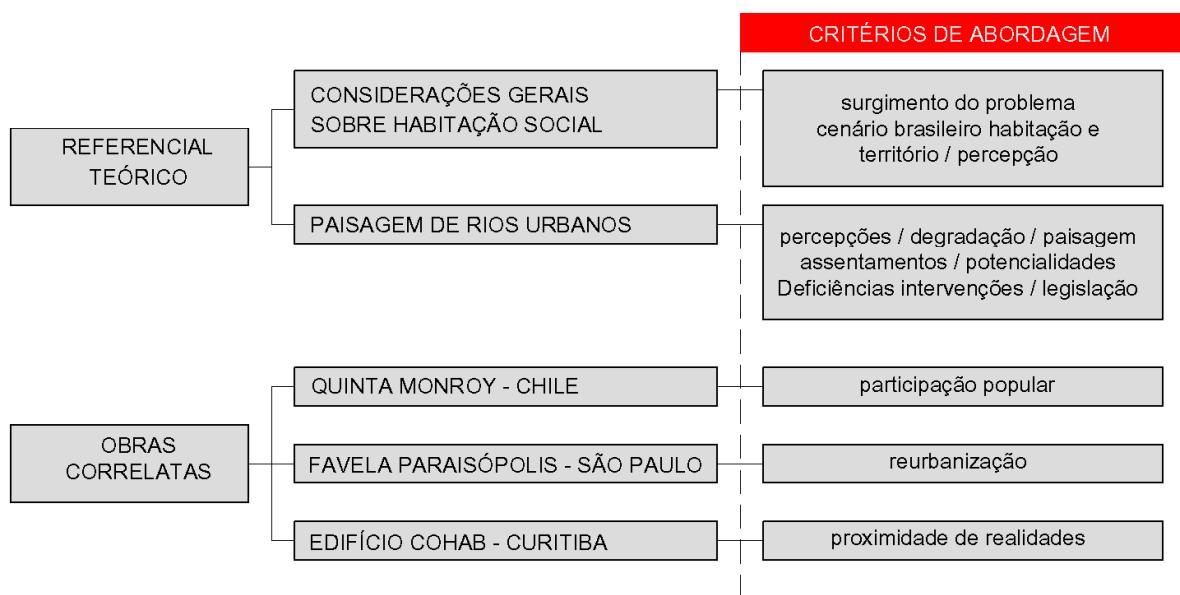


FIGURA 3.1– Esquema Abordagem da Pesquisa

4 DIRETRIZES PROJETUAIS

Como intenção principal, pretende-se trabalhar o tema de habitação popular de forma estritamente pontual, apropriando-se das particularidades e singularidades do terreno em questão, bem como da população a ser atendida, adaptando-se às necessidades de cada família e à possíveis alterações pós-ocupação (GHIRARDO, 2002).

O mais natural em projetos de habitação popular é a formulação de habitações unifamiliares que podem ser produzidas em larga escala, devido à possibilidade de redução dos custos. Estas propostas carregam a característica de habitação genérica, a qual pode ser implantada em terrenos de características distintas. Esta estratégia de projeto não condiz com os requisitos que proporcionam uma “boa arquitetura”, visto que esta é também a sua relação com o entorno próximo, bem como sua contextualização urbana, as quais garantem o enraizamento e efetividade do espaço construído.

Como síntese da apreensão quanto às paisagens de rios urbanos, percebeu-se a importância de se respeitar o ciclo das águas, bem como a necessidade de se encarar o rio e a várzea como um elemento único. A adequação a estas proposições possibilita a relação simbiótica entre as edificações, intervenção essencialmente antrópica, e o rio, elemento do meio natural. Para tanto, deve-se levar em conta, sua vazão, vegetação de margem e a possibilidade de enchentes. Ao mesmo tempo em que se pretende vincular profundamente o projeto ao território no qual está inserido, o projeto deve tender a interferir de forma mais suíl possível no meio, atitude coerente com o respeito à dinâmica dos rios.

O equipamento proposto não corresponde à criação de habitações unifamiliares. Pretende-se utilizar o adensamento populacional através da criação de um edifício multifamiliar, o qual proporciona, não só o aproveitamento da infra-estrutura local por um número maior de pessoas, mas também torna desnecessária a aprovação de uma ZEIS no local, parâmetros não contemplados pelo zoneamento vigente. Estas intenções projetuais são pertinentes à legislação que vigora na área, correspondente a SE-NC – Setor Especial Nova Curitiba (IPPUC, 2009).

5 CONCLUSÕES

Os estudo em questão apontou a inexistência de regulamentação específica para as ocupações próximas a cursos d'água. Como visto, somente o afastamento de 15 metros não se adequa à dinâmica dos rios urbanos, comprometendo a habitabilidade das habitações e o meio ambiente. As normas que regulamentam as ações em APP restringem o uso destas áreas, o que, por conseguinte, tornando-as desinteressantes ao mercado imobiliário. Com isso, uma possível área com potencial habitacional fica ociosa e acaba sendo invadida por aqueles que não possuem acesso à moradia formal (Figura 5.1).



FIGURA 5.1 – Consequência da Legislação

Deste modo, o problema das habitações em Áreas de Proteção Permanente decorre também do fator que tem por intenção sua melhoria e proteção – a própria legislação. Vê-se, desta forma, que a legislação não está adequada à realidade, e, portanto convém ser questionada e complementada.

6 REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Charles. **Habitação, Desenvolvimento e Urbanização**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967.
- ARAVENA, Alejandro. Entrevista. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/entrevista/alejandro-aravena-leia-entrevista-27-03-2009.html>>. Acesso em: 10.abril.2009.
- ARCTIC STUDIES CENTER. **HARRINGTON HARBOUR & PETIT MÉCATINA**. Disponível em: <<http://picasaweb.google.com/lh/photo/PC5WPdxGYOCY1K03-DK3g>> Acesso em: 4.junho.2009.
- BADAUÊ. **Saúde desenvolve ação emergencial às vítimas das enchentes**. Disponível em: <<http://www.badaueonline.com.br/dados/imagens/enchentes.jpg>> Acesso em: 07.junho.2009.
- CARTIER, Raymond. Amazonas. In: **Os Grandes Rios**. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 19--).
- CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Paris: ZAHAR, 1978.
- FIRKOWSKI, Olga. **Considerações sobre o grau de integração da Região Metropolitana de Curitiba na economia internacional e seus efeitos nas transformações sócioespaciais**. Disponível em: <<http://www.observatorioparana.tk/banco de textos>> Acesso em: 27 maio. 2009.
- GHIRARDO, Diane. **Arquitetura Contemporânea: Uma História Concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- IPPUC. **Lei no 9.800 de 3 de janeiro de 2000**. Disponível em: <http://ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/2002_Legisla%C3%A7%C3%A3o>

30%20de%20uso%20do%20solo%20de%20Curitiba%20(%20lei%209800%20e%20leis%20complementares).pdf> Acesso em: 20.abril.**2009**.

KAPPELER, Gabriela. **Conecutora Cinco – Um caminho Verde entre a Cidade e a Indústria.** Relatório final de Iniciação Científica. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica, 2007.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação Urbana.** São Paulo: Paz e Terra, **1979.**

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade.** Coodenação: Wanderley Loconte. São Paulo: Atual, **1997.**

MARTINS, Maria Lucia Martins Refinetti. **Moradia e Mananciais: tensão e diálogo na metrópole.** São Paulo: FAUUSP/FAPESP, **2006.**

PANORAMIO. Bild 2: **Pfahlbausiedlungen aus der Stein- und Bronzezeit (4.000bis 850 v. Chr.) in Unteruhldingen am Bodensee.** Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/5128528> Acesso em: 04.junho.**2009**

PEREIRA, Gislene. **Produção da Cidade e Degradação do Ambiente: A realidade da Urbanização Desigual.** Tese de Doutorado. Curitiba, **2002.**

PORATH, Soraia Loechelt. **A paisagem de rios urbanos: A presença do Rio Itajaí-Açu na Cidade de Blumenau.** Florianópolis: Dissertação de mestrado, **2004.**

SCHWANTES, Lorana. **Nova Curitiba – Utopia e Realidade na Revisão das Vias Estruturais.** Relatório final de Iniciação Científica. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica, **2007.**

SPIRN, Anne Whiston. **O Jardim de Granito.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, **1995.**

VEBER, May. **Reno.** In: Os Grandes Rios. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, **19--).**

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão deve saber sobre habitação.** São Paulo: Global, **1986.**